



**V CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONARIOS
DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL da POLÍCIA JUDICIÁRIA (ASFIC/PJ)**

Lisboa, 26 de Março de 2007

Alves de Moura, Presidente Honorário da ASFIC/PJ

Hoje é um dia muito especial para mim em particular e, estou certo disso, para todos os associados em geral. É o aniversário da ASFIC/PJ!

Vinte e quatro anos decorridos sobre o momento maior da criação da ASFIC/PJ, – A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE – ocorrido a 26 de Março de 1983, durante a qual foram aprovados os primeiros ESTATUTOS, cuja publicação no Boletim do Trabalho e Emprego, do Ministério da tutela, conferiu à ASSOCIAÇÃO, a necessária capacidade jurídica. Isto é: os funcionários de investigação criminal da Polícia Judiciária passaram a dispor de uma estrutura capaz de os representar e defender os seus interesses profissionais, materiais, morais e sociais, colectivos e individuais, estejam no activo, na disponibilidade ou na aposentação. Fazer ouvir a sua voz, junto da Administração Pública, sem receio de represálias de ordem disciplinar, em tudo quanto lhes diga respeito, nomeadamente, na sua valorização técnico-profissional, cultural e social. Liberdade para promover a concretização de Seminários, Conferências, Publicações, e quaisquer outras actividades formativas capazes de conduzirem ao desenvolvimento de uma melhor e mais apurada formação.

Se bem recordo, foi o primeiro sindicato a ser criado no seio de uma polícia no nosso País. Não ficaríamos admirados se, dos mais altos responsáveis da Polícia Judiciária e do Ministério da Justiça, surgissem atitudes no sentido de criar algumas dificuldades, já que os estatutos da Associação Sindical, uma vez publicados, iriam, certamente, pôr fim ao poder discricionário que a Administração Pública tinha para criar ou alterar o *status quo*, sem consultar ou permitir a intervenção daqueles que melhor podiam contribuir para a melhoria da Lei, não obstante já existir o Conselho Superior de Polícia, onde a investigação criminal estava representada – é de inteira justiça que se refira este pormenor.

Porém, tal não aconteceu: tanto o Director-Geral como o Ministro da Justiça, investidos ao tempo destas responsabilidades, honrando a sua qualidade de defensores da democracia, não puseram as mínimas dificuldades, deixando o caminho livre aos mentores e executores da ideia.

Este vosso co-associado n.º 1 e hoje presidente honorário, teve a fortuna de presidir a essa inesquecível assembleia e, talvez por isso, esteja hoje aqui perante vós para dar testemunho de algumas dificuldades e muito boas vontades que precederam e sucederam à referida assembleia, as quais, depois de ultrapassadas, não passam de simples curiosidades.

Infelizmente, nem todos os nossos colegas viam com bons olhos a fundação de um sindicato na Polícia Judiciária. Quando se aperceberam de que eu assumi uma posição entusiástica pró sindicato, desde logo fui classificado como comunista. Sinceramente não gostei! Não porque tivesse alguma coisa contra os comunistas que, para mim, eram e continuam a ser portugueses tão respeitáveis quanto aqueles que se afirmam noutros quadrantes políticos. Como não era comunista nem tinha vocação partidária nem me movimentava nesses meandros, senti-me muito desconfortável perante tal epíteto.

A certa altura do percurso, os três grupos de trabalho eleitos pelos potenciais associados dos Departamentos do Porto, Coimbra e Lisboa, reuniram nesta cidade para se fazer o ponto da situação e distribuição de actividades. Antes da reunião, em conversa informal, um dos elementos do Porto, tido como anticomunista primário, ao ser questionado por um colega de Lisboa, conhecedor das suas convicções e admirado com a sua presença no grupo, confessou que era frontalmente contra a formação de um sindicato na Polícia Judiciária, sendo sua intenção fazê-la abortar por dentro, já que, por fora, não lhe era possível combater tal loucura e que, para tanto, se fizera eleger para o grupo de trabalho. Quando fazia tal afirmação, senti que me lançava um olhar visivelmente hostil. Não teve, porém, força ou empenhamento suficientes, já que a sua hostilidade não passou disso mesmo.

As intenções de conotarem a recém nascida Associação Sindical com o comunismo ou qualquer outra ideologia política, numa tentativa de a lançarem na confusão ou no descrédito, levaram um conceituado periódico da época a publicar, se bem me lembro na primeira página, a fotografia de uma qualquer assembleia em que se viam pessoas de pé, com o braço no ar e punho cerrado, como documento de uma notícia que rezava mais ou menos assim: (cito de memória) “Os agentes da Polícia Judiciária aprovaram a formação de um sindicato e os respectivos estatutos, como documenta a fotografia supra”. Claro que, ao abrigo da lei, a Comissão Organizadora reagiu de imediato, contestando a notícia e a fotografia prenas de falsidade e exigiu um desmentido em página análoga, o que foi feito na edição seguinte com um pedido de desculpas.

Apesar destas más vontades foi possível prosseguir, se bem que muito lentamente, para o meu ritmo pessoal, mas de forma segura e imparável, para que, decorrido mais de um ano sobre a data da carta de intenções, se pudesse submeter a sufrágio a formação da ASSOCIAÇÃO e a aprovação dos estatutos numa Assembleia Constituinte que terminou com uma grande ovação de pé, por mais de trezentos entusiasmados investigadores.

Não posso esconder a grande satisfação por estar hoje, dia 26/03/07 junto de todos vós a festejar o 24.º aniversário da nossa associação e dizer-vos que tenho a noção exacta de que foi modesta a minha contribuição para a sua formação, mas, não obstante, pesou quanto baste para que hoje, possamos estar aqui em ambiente de festa.

Não sairia daqui de consciência tranquila se não pusesse em destaque a incontornável participação dos verdadeiros responsáveis pelo aparecimento desta associação no panorama sindical português, mormente no âmbito da Polícia Judiciária. Não me canso de o fazer, correndo embora o risco de me tornar fastidioso pela minha insistência neste importante pormenor. São eles os autores da **CARTA DE INTENÇÕES** a qual traça os objectivos e pistas para os procedimentos que haviam de se seguir. Não preciso referir constantemente os seus nomes pois que, estes, estão já consagrados na **HISTÓRIA** da ASFIC/PJ que pode ser visitada na Internet no respectivo portal.

Depois deles, outros vieram que, pela sua disponibilidade e empenhamento, numa generosa entrega desprendida de quaisquer benesses ou recompensas, conseguiram levar a **carta a Garcia**.

Quero com isto dizer que a ASFIC/PJ é o fruto do aturado trabalho de muitas pessoas que, ao longo destes 24 anos, se dispuseram a sacrificar grande parte do seu tempo de descanso, quiçá comprometendo a evolução da sua carreira profissional, numa atitude de serviço em favor da defesa dos interesses dos associados e do prestígio da Polícia Judiciária, para se dedicarem à actividade sindical, procurando, com esse esforço, aperfeiçoar os procedimentos e a eficácia do seu desempenho por forma a tornar a nossa associação num sindicato profícuo e prestigiado.

Para enfatizar o que acabo de referir tenho de congratular as Direcções Nacionais, Mesas das Assembleias-Gerais ou Congressos e Conselhos Fiscais e Disciplinares, no decorrer destes 24 anos, presididos pelos seguintes associados, nos quais quero também englobar todos os associados que nestes, ou noutros órgãos da ASFIC, do mesmo modo se entregaram com as mesmas preocupações e empenhamento à actividade sindical:

DIR. NAC.

José Maria Alves De Moura	29.11.84 a 27.04.84
José Francisco Da Costa Pereira	27.04.84 a 10.01.86
Manuel Gomes Pinto Portugal	10.01.86 a 15.09.88*
Manuel De Jesus Carvalho	15.09.88 a 30.03.92*
Sérgio Nascimento Figueira Vieira	30.03.92 a 24.09.96*

* Mais de um mandato.

Manuel De Jesus Carvalho	24.09.96 a 23.04.98
Manuel Carneiro Rodrigues	23.04.98 a 23.04.04*
Carlos Manuel Silva Anjos	23.04.04 a

ASS. GERAL.

Acácio Afonso Costa	29.11.83 a 10.01.86
Fernando Grunha Duarte Silva	10.01.86 a 14.01.88
Alfredo De Matos Anciães	14.01.88 a 01.03.90
António José Dias André	01.03.90 a 30.03.92
António Manuel Duarte Carvalho	30.03.92 a 21.06.94
Augusto José Calado De Oliveira	21.06.94 a 24.09.96
Manuel José Tavares Rijo	24.09.96 a 00.00.98
Manuela Maria Almeida Simões Marta	00.00.98 a 28.05.01

CONG. Extraordinário

Manuel José Tavares Rijo	24 e 25/11/95
Augusto José Calado De Oliveira	16 e 17/03/06

CONG. ORD.

Augusto José Calado De Oliveira.....	28/05/01 a
--------------------------------------	------------

CONS.FISC.

Alfredo De Matos Anciães	29.11.83 a 10.01.86
João Baptista Parente Borlido	10.01.86 a 14.01.88*
Ana Mafalda De B. Pires A. Novais Duarte	14.01.88 a 30.03.92
Pedro Malhão Gonçalves Vaz	30.03.92 a 21.07.94
Mário Rui Henriques Bento	21.06.94 a 24.09.96
José Alberto Abrantes	24.09.96 a 24.09.01*

CONS.FISC. e DISC.

Mário Rui Henriques Bento	24.09.01 a
---------------------------------	------------

Para todos vai o meu abraço de solidariedade e gratidão por tudo quanto fizeram para que a ASFIC/PJ seja o que é hoje.

Sem desprimor ou menor consideração para com os restantes, faço questão de, neste 24.º aniversário da associação, destacar três direcções Nacionais e uma Direcção Regional, pelas actividades que desenvolveram durante os seus mandatos.

A Direcção nacional presidida por Manuel Carneiro Rodrigues em dois mandatos sucessivos desenvolveu para além da actividade sindical intrínseca, um trabalho meritório na organização de eventos de grande nível, cujos resultados não só foram de grande valia para os profissionais da investigação criminal mas, sobretudo, para o prestígio da Associação e da Polícia Judiciária. Tenhamos em conta a sempre impecável organização de congressos, a implementação de um Seminário Internacional, subordinado ao tema INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – AS MAGISTRATURAS E A POLÍCIA JUDICIÁRIA de que saíram conclusões relevantes.

Pelos mesmos motivos, permito-me destacar a direcção nacional presidida por Carlos Manuel Silva Anjos, que, seguindo o exemplo dos mandatos anteriores, não se deixou adormecer e prosseguiu na senda das mesmas preocupações e empenhamento, patrocinando uns e organizando outros eventos, tais como aqueles que tiveram lugar na cidade do Porto.

Não posso deixar de referir aqui o trabalho desenvolvido pela Direcção Regional Norte nos vários eventos que tiveram lugar na cidade do Porto, destacando:

1. Comité Executivo do Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia, realizado a 10, 11 e 12 de Maio de 2002, onde, curiosamente, foi afluída e defendida pela P.S.P., a fusão das polícias em nítido antagonismo com as posições defendidas pela ASFIC.

Sem querer atirar achas para a fogueira quer-me parecer que se a ASFIC/PJ não existisse, já a Polícia Judiciária teria sido diluída noutra qualquer polícia e isso teria sido, do meu ponto de vista, **crime de lesa pátria**. Sobre isto e a propósito das ondas que se levantam nos tempos que passam, apraz-me citar Manuel Rodrigues e Mário Coimbra sobre as posições assumidas neste comité.

Cito Manuel Rodrigues:

“É imperioso saber reconhecer o que é igual e procurar harmonizar. Admitir sem complexos o que é diferente e procurar articular, deverá ser a solução em qualquer circunstância.”

Cito agora Mário Coimbra:

“As forças policiais do MAI têm que reconhecer claramente, sem prurido e sem sofismas, o papel que por lei cabe à P.J. de coordenação operacional da investigação criminal em geral e em especial no âmbito dos crimes da sua competência reservada.”

E eu digo que a ASFIC deve lutar, como sempre, pela sua existência numa atitude humilde de pequeno David contra um enorme e arrogante Golias. Estou certo que saberá preservar o espaço e o tempo da Polícia Judiciária, para bem da justiça e do povo português.

2. Conferência sobre REGIME DE TRABALHO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, que teve lugar a 21 de Março de 2003, no Salão Nobre do Centro de Cultura e de Congressos, Ordem dos Médicos do Porto, da qual saiu uma publicação com as Comunicações, Debates e Conclusões.
3. O 1.º CONGRESSO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, que teve lugar a 16 e 17 de Março de 2006, no Cinema Rivoli, na cidade do Porto, subordinado ao tema MODELOS DE POLÍCIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, no qual participaram ilustres figuras nacionais e estrangeiras sobre o qual já saiu a primeira publicação.

A propósito deste congresso, é da mais elementar justiça destacar aqui, a imprescindível participação do nosso associado de referência JOSÉ MÁRIO COIMBRA ALMEIDARODRIGUES, da Direcção Nacional e todo o elenco da Direcção Regional Norte com especial referência, para os nossos associados ANTÓNIO JOAQUIM SOBRAL BARBOSA, e JORGE SILVA MOURÃO e demais colaboradores, que num notável trabalho de organização e coordenação em que puseram grande empenhamento, lucidez de espírito e a competência que lhes é peculiar, sabendo ser dignos da alta qualidade de todos os interventores no Congresso, dignificando, assim, a ASFIC/PJ e a POLÍCIA JUDICIÁRIA.

Saliento ainda a recente elaboração dos Estatutos que regem hoje a vida da Associação que, sendo um trabalho de grupo, teve em Sobral Barbosa o seu fundamental operário e arquitecto.

Cabe aqui também, neste ambiente de festa, uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido pelas incansáveis e sempre bem dispostas funcionárias da ASFIC a desempenhar funções na sede e na D.R.N. que, em todos os eventos, têm prestado inestimável apoio.

Tudo isto é sindicalismo na sua vertente formativa que orgulha, estou certo, os fundadores da Associação.

Não se pense que fazer sindicalismo é uma actividade fácil. Na verdade, não é nem nunca foi, mas hoje é muito mais difícil e exige muita astúcia, muita lucidez e muito empenhamento mas, sobretudo, muito bom senso, sendo preferível, em determinadas circunstâncias, dar um passo atrás para reflexão e ponderação, para, com êxito, dar dois passos à frente na devida oportunidade. É preciso muita atenção e cuidado com atitudes pouco amadurecidas que, eventualmente, possam ser tomadas já que a nossa sociedade parece estar zangada com os sindicatos em geral. E isto acontece, a meu ver, por duas razões: a primeira é porque, muitas vezes, os sindicatos não investem o suficiente na explicação

aos cidadãos da justeza das suas reivindicações; e a segunda resulta de um egoísmo generalizado que parece remeter as reivindicações alheias para o campo da futilidade.

Por último e para terminar, não posso deixar de invocar a memória do associado, dirigente e amigo **LINO COSTA** que foi um exemplo de profissional e sindicalista, cujas actividades foram desenvolvidas na Directoria da P.J. do Porto e na Direcção Regional Norte da ASFIC/PJ, respectivamente.

Parabéns e longa vida para a nossa Associação

Viva a ASFIC

Viva a Polícia Judiciária.

Viva Portugal

Associado n.º 1 e Presidente Honorário, Alves de Moura